

N.F. N° 092268.0550/24-9

NOTIFICADO RAIA DROGASIL S/A

NOTIFICANTE IVA BRANDÃO OLIVEIRA

ORIGEM DAT METRO / IFMT METRO / POSTO FISCAL HONORATO VIANA

PUBLICAÇÃO INTERNET – 12/06/2025

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF N° 0083-01/25NF-VD**

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA TOTAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME. FALTA DE RECOLHIMENTO. As mercadorias objeto da exigência fiscal não estão incluídas no regime de substituição tributária. Notificação fiscal **IMPROCEDENTE**. Em instância ÚNICA. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A notificação fiscal em lide, lavrada em 03/07/2024, formaliza a exigência de ICMS no valor total de R\$ 10.115,30 em decorrência de falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária total, em aquisição interestadual de mercadorias enquadradas pela legislação interna no regime de substituição tributária, por contribuinte que não preenche os requisitos previstos na legislação (54.05.10), ocorrido dia 03/07/2024, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea "d" do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O notificado apresentou defesa das fls. 19 a 29. Explicou que é centro de distribuição e recebe mercadorias de outros Estados e depois transfere às filiais localizadas neste e em outros Estados.

Alegou que o débito que o teria descredenciado estava com sua exigibilidade suspensa e contava com decisão judicial. Disse que já haviam sido distribuídas as ações judiciais nº 8083527-50.2024.8.05.0001, 8055207-87.2024.8.05.0001 e 8064524-12.2024.8.05.0001, por meio das quais apresentou garantia que foi acolhida em decisões assinadas em 14/07/2024, 14/05/2024 e 10/07/2024, respectivamente, que determinou que o débito dos PAFs nºs 092579.0049/23-9, 092579.0132/23-3, 092579.0161/23-3, 092679.0171/23-9, 092579.0181/23-4, 298941.0117/23-4, 093898.0002/23-5, 092548.0062/23-7, 092558.0066/23-4, 298628.0671/23-2 e 298941.0136/23-9 não poderiam ser usados para o seu descredenciamento, conforme documento das fls. 61 a 70.

Informou que os acórdãos nº 0340-06/23NF-VD e 0027-05/24NF-VD confirmaram a improcedência de lançamentos semelhantes, conforme fls. 71 a 78.

Destacou que o imposto exigido foi integralmente pago na apuração mensal de julho/2024, mas no cálculo apresentado pelo notificante foi desconsiderada a redução do ICMS de que trata o Decreto nº 11.872/2009. Ressaltou que não foi respeitado o prazo para conversão do termo de ocorrência fiscal em autuação já que transcorreu o prazo de noventa dias entre a autuação e a ciência pelo autuado.

Afirmou que a multa aplicada é confiscatória, com violação do art. 150, inciso IV, da Constituição Federal.

Solicitou que as intimações sejam dirigidas ao seu patrono indicado à fl. 25.

VOTO

Verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõe a notificação fiscal, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

Apesar de não se constituir em problema o envio das intimações referentes a este processo diretamente para o advogado estabelecido pelo notificado, o não atendimento deste pedido não implica em nulidade do ato quando a sua formalização ocorrer nos termos do art. 108 do RPAF.

Afasto toda discussão acerca da constitucionalidade da multa aplicada na presente notificação fiscal. De acordo com o inciso I do artigo 167 do RPAF, não é competência deste órgão julgador a declaração de constitucionalidade da legislação tributária estadual nem a negativa de aplicação de ato normativo emanado de autoridade superior. A multa aplicada está prevista no art. 42 da Lei nº 7.014/96.

A presente notificação fiscal trata da exigência fiscal referente à antecipação tributária total incidente sobre os adocionados indicados na nota fiscal nº 766748 (fls. 08 e 09), cujo pagamento deveria ocorrer antes da entrada da mercadoria no Estado da Bahia em razão do autuado não estar credenciado ao pagamento no dia 25 do mês subsequente, conforme documento à fl. 13.

Entretanto, as mercadorias relacionadas nas referidas notas fiscais são adocionados, não constando no Anexo 1 do RICMS na data de ocorrência do fato gerador e, portanto, não sujeitos ao regime de substituição tributária, inexistindo qualquer vinculação da operação com a infração indicada nos autos.

Desse modo, voto pela IMPROCEDÊNCIA da notificação fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **092268.0550/24-9**, lavrada contra **RAIA DROGASIL S/A**, devendo ser intimado o notificado para tomar conhecimento da decisão.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 23 de maio de 2025.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – RELATOR